



**Entre a matemática e o gênero: configurações discursivas nas políticas do governo
Bolsonaro**

**Between mathematics and gender: discursive configurations in the policies of the
Bolsonaro government**

Eliézer Reis Vicente

Universidade Federal de Goiás (UFG)
Goiânia/GO-Brasil

Lúcia Gonçalves de Freitas

Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Jaraguá/GO-Brasil

Resumo

O presente artigo analisa, no contexto educacional brasileiro recente, os modos pelos quais se articulam enunciados institucionais relacionados à Matemática e às questões de gênero, tomando como referência o período correspondente à gestão Bolsonaro. Fundamentado em uma perspectiva foucaultiana do discurso, inscrita no campo *pós-estruturalista*, o estudo desenvolveu-se a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental. O *corpus* da pesquisa foi constituído por discursos oficiais, documentos técnicos, reportagens jornalísticas e postagens em redes sociais. Os resultados indicam que uma formação discursiva de caráter absolutista e/ou logocêntrico permanece atravessando de modo significativo os enunciados produzidos nesse cenário político e social, incidindo sobre a Matemática e suas articulações com as questões de gênero.

Palavras-chave: Matemática; Políticas Públicas; Bolsonaro.

Abstract

This article analyzes, within the context of contemporary Brazilian education, the ways in which institutional enunciations related to Mathematics and gender issues are articulated, taking as reference the period corresponding to the Bolsonaro administration. Grounded in a Foucauldian perspective on discourse and situated within the post-structuralist field, the study adopts a qualitative approach of a bibliographic and documentary nature. The research corpus consists of official discourses, technical documents, journalistic reports, and posts published on social media platforms. The findings indicate that an absolutist and/or logocentric discursive formation continues to significantly permeate the enunciations produced in this political and social context, shaping Mathematics and its articulations with gender-related issues.

Keywords: Mathematics; Public Policy; Bolsonaro.

Movimentos de co-respondência

Analisar a articulação do discurso nas políticas públicas do governo Bolsonaro em relação à Matemática e as questões de gênero é o objetivo deste trabalho. Para tanto, partimos de nossa investigação de mestrado, desenvolvida entre 2021 e 2023, em um contexto das Políticas Públicas e da Linguagem. Assumimos como preceito que o discurso é uma prática que constrói objetos de que se fala, portanto, gerencia certas escolhas e atitudes políticas. Ao mesmo tempo, consideramos a Matemática como sendo uma área que tende a um viés masculinista que sempre excluiu as mulheres, conforme aponta Schiebinger (2001), a constituição histórica das ciências modernas, entre elas a Matemática, ocorreu em estreita articulação com instituições sociais que restringiam o acesso das mulheres à educação formal, às academias científicas e aos espaços de legitimação do saber. A partir dessas premissas, situamos o estudo no contexto de um governo que proclamou a todo tempo que é preciso aprender a *ler, escrever e contar*, dando um grande destaque à Matemática, incentivando o que ele denomina de *literacia matemática* (ou *numeracia*).

Sob esse enquadre, buscamos fazer um levantamento do que foi divulgado por esse governo, os discursos, que se referem às implementações de políticas públicas que investem na Matemática. Questionamos: o governo está de fato investindo em uma Educação Matemática? Como é essa educação? Essa educação se vincula ao projeto conservador que dá primazia ao homem? Considerando que as estatísticas mostram que as mulheres são excluídas, têm o acesso negado, ou dificultado às áreas da Matemática, bem como das chamadas ciências exatas, como o governo se coloca diante dessa questão? Há incentivo a mulheres e meninas na Matemática?

Walkerdine (2007) nos disse que a Matemática se forja nas práticas discursivas. E bem sabemos que a noção de sujeito e Matemática se constitui simultaneamente. Dessa forma, Matemática e sujeitos se categorizam, dividem-se, decifram-se e fazem-se atores sociais. Refletindo sobre os discursos em que se estabelece uma ligação entre Matemática e sujeito, o qual está inserido na categoria mulher, termo empregado pela filósofa Judith Butler, para mostrar a representação de um conjunto de indivíduos [no caso, as mulheres] constituídos no jogo da “limitação, proibição, regulamentação e controle” (Butler, 2003, p. 18). E pensando com Simone de Beauvoir (1980, p. 9) que disse “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, pensemos como esse “tornar-se mulher” se faz presente frente a um discurso em que a

mulher é colocada em xeque em relação à Matemática, levando-nos a problematizar: por que a Matemática é considerada uma disciplina de homens?

Na contemporaneidade, sobrevive uma produção discursiva, entendida na perspectiva foucaultiana, como fabricado “aquilo sobre o que se fala”, que data de longo tempo, posicionando as mulheres como demasiadamente “irracionais, ilógicas e centradas em suas emoções, para serem boas em Matemática” (Walkerdine, 2003, p. 15) e que aos homens, essa mesma produção os posiciona como seres afeitos à razão, portanto, naturalmente bons em Matemática. Com isso, a história continua e se propaga *ad infinitum*, na qual a Matemática [de matriz cartesiana] tem sido produzida como própria do masculino, como se estivesse na natureza masculina ser bom em Matemática.

No horizonte dessas discussões, são emergentes a problematização e a reflexão sobre questões ligadas à Matemática e a sua relação com gênero, discurso e poder e diante da relevância em se discutir sobre gênero nos diversos segmentos sociais, apresentamos uma proposta de problematização no campo epistemológico da Matemática a partir de estudos e de um pensamento que nos instiga a refletir e a provocar discussões, a desconstruir concepções já arraigadas na área da Matemática.

Articulações teórico-metodológicas

Foucault (2020) reconhece que é difícil explicar sua metodologia de pesquisa, tendo em vista que cada um de seus livros representam maneiras específicas “de desentranhar um objeto e de construir um método de análise orientado para esse fim” (Foucault, 2014, p.10).

Discursos, documentos técnicos, reportagens, postagens em redes sociais, etc. compuseram o *corpus* da pesquisa. De maneira geral, a análise mostra um conjunto de relações entre os discursos e as diferentes formações discursivas, definidas pelo filósofo como um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma época dada e para uma área social, econômica e geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 2020, p.136). Assim, o discurso refere-se a um conjunto de enunciados, enquanto se apoiam na mesma formação discursiva.

Com isso, lançamos, particularmente em uma reflexão aos desenvolvimentos da genealogia como método de análise de relações, jogos e práticas de poder, enfrentamentos entre forças, atento às rupturas e descontinuidades históricas. Mas a genealogia de Foucault

Entre a matemática e o gênero: configurações discursivas nas políticas do governo Bolsonaro não é tão delineada nem compõe um corpo coeso, unitário e uniforme de estudos que garantam evidência ao método – ela apresenta desníveis que implicam certa diversidade de problematizações. Neste sentido, busca-se reunir no contexto dos seus estudos genealógicos elementos relativamente dispersos em alguns de seus trabalhos, para resgatar aquilo que poderia ser considerado uma proposta de método.

Para tanto, tal estudo está inscrito nos métodos ligados à natureza qualitativa da pesquisa, que contempla a interpretação da realidade não em unidades mensuráveis e quantificáveis, mas sim dentro do contexto de vida dos sujeitos (André, 2005). Em acordo com essa visão, Flick (2009, p. 20) demonstra que esse tipo de pesquisa “é de particular relevância aos estudos das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida”, especialmente diante das mudanças sociais e diversificação dessas esferas, as quais exigem enfrentamento de novos contextos e perspectivas por parte dos pesquisadores. Uma pesquisa bibliográfica é “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44). Lüdke e André (2015, p. 45) afirmam que “a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse”.

Nesse sentido, faz-se necessário explicitar o corpus documental que orientou a presente investigação. O conjunto de documentos analisados foi constituído por: (i) documentos técnicos e normativos relacionados às políticas públicas e às orientações institucionais que atravessam o objeto de estudo; (ii) produções midiáticas, tais como reportagens jornalísticas publicadas em veículos de circulação nacional; e (iii) postagens veiculadas em redes sociais digitais, selecionadas a partir de sua recorrência temática e relevância discursiva no período delimitado pela pesquisa. Esses materiais foram compreendidos não como fontes neutras de informação, mas como práticas discursivas situadas historicamente, atravessadas por relações de saber-poder, compondo um arquivo no sentido foucaultiano. A análise desses documentos buscou identificar regularidades, discontinuidades e jogos de força que produzem modos específicos de enunciação e de visibilidade do objeto investigado.

Sob o signo do bolsonarismo: a educação como alvo

É importante salientar que, em relação à conjuntura do país desde as eleições de 2018, compreendemos o *bolsonarismo* como um fenômeno recente, originário em movimentações que promoveram o então deputado Jair Messias Bolsonaro a Presidente da República. A

saber: sua projeção midiática, o apelo a uma discursividade salvacionista, paternalista e messiânica adensada numa caricatura de “mito”, os protestos e manifestações antiesquerda responsáveis pela construção do ódio ao Partido dos Trabalhadores (PT), a deposição da presidenta Dilma Rousseff ainda em 2016, as coalizões com bancadas fisiologistas, religiosas, do agronegócio e pró-armamento da população, as posturas ideológicas e morais canalizadas desde a campanha e, obviamente, a própria votação que o alçou a chefe de Estado. Assim, direcionando nosso olhar para o Bolsonarismo, na obra *Guerra cultural e retórica do ódio*, Castro Rocha (2021, p. 118, grifos no original) afirma que a origem e a forma do bolsonarismo é a guerra cultural, no sentido de que “[...] implica um entendimento fundamentalista do mundo, cujo corolário é a eliminação pura e simples de tudo que seja diverso”.

A educação tem sido historicamente objeto de intensos debates, frequentemente marcada pela percepção de que o sistema educacional brasileiro se encontra em crise. No entanto, mais do que uma condição permanente, essas crises configuram-se como processos periódicos, diretamente relacionados aos contextos políticos, econômicos e sociais que incidem, de modo direto ou indireto, sobre as políticas educacionais e as práticas escolares.

Em 26 de abril de 2019, por meio de sua conta no *Twitter*, o ex-presidente Bolsonaro anunciou um corte no Ensino Superior na área de Ciências Humanas com a justificativa: “A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a *leitura, escrita e a fazer conta* e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”, isso no mesmo dia em que anunciava que São Paulo teria o maior Colégio Militar do Brasil (Bolsonaro, 2019). Nesse enunciado, fica evidente o que seria o projeto para a educação brasileira, ou seja, os jovens precisam aprender a ler, escrever, fazer contas e ir trabalhar para ajudar suas famílias. Isto é, uma formação meramente utilitarista que gere como corolário a rápida inserção no mercado de trabalho. Aliás, é preciso movimentar a economia!

Quando Foucault (2008) conceitua o termo discurso, ele o faz a partir da relação com a noção de enunciado. Segundo o autor, o discurso é formado por um conjunto de enunciados que derivam de uma mesma formação discursiva. Portanto, o enunciado é a unidade mínima de análise que se expressa sob a forma de uma função a cruzar diferentes domínios. No caso do *tweet* do ex-presidente, entendemos que o referencial diz respeito às condições de emergência do enunciado dotado de uma dada singularidade, ou seja, tais condições dizem

Entre a matemática e o gênero: configurações discursivas nas políticas do governo Bolsonaro

respeito ao alinhamento político do ex-presidente, portanto, a uma concepção específica acerca da educação que, no que lhe concerne, delineia um posicionamento discursivo, segundo o qual a escola deve cumprir um papel essencialmente instrumental. Mas sabemos que tal enunciado não é novo, pois se alinha a uma rede de dizeres produzidos noutros momentos históricos, como o caso das reformas educacionais empreendidos no decurso da Ditadura Militar (1964-1985), cujo imaginário social preconizava a ordem em um regime intencional de disciplinar a sociedade (Martins, 2014).

Quando observamos o discurso do governo (2019-2022) sobre o ataque às Ciências, percebemos que eles emolduram uma repetição discursiva e se enceta em ações pontuais de combate a várias áreas de saberes como um mal a ser erradicado. O Ministério da Educação (MEC) foi notícia constante nesses últimos anos, mais pelo contingenciamento de verbas e constantes trocas de ministros, os quais reverberem o teor ideológico de Bolsonaro em torno dessa questão, que por projetos que efetivamente melhorem o ensino¹.

No horizonte dessas questões, os enunciados apontados pelo ex-presidente, sempre reforçando a necessidade de o *fazer contas*, há um discurso que mantém a Matemática no campo racional, que controla e domina. Uma tendência ocidental da quantificação, fundamental para o crescimento econômico sob o capitalismo, que torna invisíveis as experiências humanas não incluídas pelos grandes números. Enquanto disciplinas das ciências humanas são consideradas menos importantes, a Matemática segue na ordem discursiva, gozando de um estatuto privilegiado nessa lógica direitista, pois é considerada neutra e potente para a formação de mão de obra qualificada para desenvolver tecnologias de ponta. Com isso, abusos contra direitos humanos tendem a ocorrer com populações pertencentes a grupos minoritários.

Nos últimos quatro anos apresentaram-se para o Brasil, na esfera da política educacional, como anos de retrocessos, marcados pelas tentativas de imposições de uma agenda educacional ultraconservadora e fundamentalista religiosa que se contrapõe aos princípios constitucionais da liberdade, da democracia e dos direitos sociais. Uma agenda conservadora já delineada no “Plano de Governo” apresentado durante a campanha: (1) inverter as prioridades, de modo a investir menos em educação superior e investir mais em educação básica e no ensino técnico; (2) expurgar a filosofia de Paulo Freire das escolas; (3) priorizar Matemática, Ciências e Português, sem doutrinação e sexualização precoce; (4) a educação a distância como estratégia para a educação nas áreas rurais.

Na senda dessas questões, analisamos a educação de modo geral nesta gestão, mas sem esquecer nosso objeto de pesquisa que caminham lado a lado com a priorização do ensino de Matemática, o *fazer contas* que o ex-presidente tanto fez questão de discursar. Nesse sentido, perguntou-se: se uma das pautas da política de educação da gestão era o ensino de Matemática, pensando na educação básica, uma vez que o governo não priorizava a educação superior, quais foram os investimentos na área? O que os/as professores/as que ensinam Matemática “ganham” com esse discurso? E as mulheres que estão nesta área, sejam professoras ou alunas? Houve espaço para as mulheres na Ciência?

Logo em janeiro de 2019, o ex-presidente anunciou para a pasta do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, o astronauta tenente-coronel da Força Aérea Brasileira Marcos Pontes, que, no discurso de posse, defendeu como prioridade da gestão a divulgação de iniciativas de ciência e tecnologia no país. Segundo o ministro, um conjunto de ações seria direcionado para ampliar a produção do conhecimento, assegurando maior divulgação de iniciativas relativas à ciência e tecnologia nas instituições de ensino públicas em todo o país, tendo em vista motivar os jovens a seguir carreira de pesquisador (Pontes, 2019). Para tanto, além de ampliar a produção do conhecimento, o ministério se empenharia no fortalecimento dos processos de transformação das pesquisas em inovação, com aplicações no setor produtivo.

Para refletirmos sobre a problemática da construção da verdade bolsonarista, partimos do pensamento foucaultiano que sugere que para se ter um alcance político a análise tem de visar não a gênese das verdades ou a memória dos erros, mas a determinação do regime de verdade que foi instaurado num determinado momento para a legitimação da verdade como tal. Mostrar a falsidade dos enunciados pode ser uma estratégia política pouco efetiva, sendo necessário compreendermos o regime de produção de consensos – ou de dissensos – no qual os discursos são construídos para disputarmos valores neste terreno.

Em sua análise, o filósofo francês pensa o liberalismo clássico enquanto princípio e método da governamentalidade moderna, instaurando um regime de verdade que autolimita o poder do Estado e administra os problemas específicos da vida e da população a partir de princípios mercadológicos. Neste sentido, o liberalismo é pensado por Foucault (2008) como princípio e método de racionalização das práticas de governo (governamentalidade) não mais pela “razão do Estado”, mas pela regra interna da “economia máxima”.

Entre a matemática e o gênero: configurações discursivas nas políticas do governo Bolsonaro

Compreendendo o neoliberalismo como a forma que o liberalismo clássico se apresenta na contemporaneidade, Foucault atenta que a generalização radical da racionalidade de mercado a áreas e atividades humanas não originalmente econômicas – natalidade, família, saúde, educação e sexualidade – funciona como o princípio de inteligibilidade que fundamenta as verdades e dá sentido às práticas sociais e às subjetividades.

Embora ainda haja muita luta e resistência no caminho pela conquista da plena igualdade social, vivemos em uma era na qual o casamento entre pessoas do mesmo sexo é judicialmente reconhecido, permitindo que lésbicas e gays declarem o seu amor e legalizem as suas relações; mulheres lideram governos nacionais e assumem posições de destaque em grandes corporações; minorias raciais e étnicas estão melhores integradas à vida cívica. Concretizado em mantras como o “Escola Sem Partido”, “ideologia de gênero”, “kit gay”, “maioria contra minorias”, “defesa da família” e “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, autores como Kimmel (2013) e Brown (2018), obsecram que o ódio de homens brancos, heterossexuais, cisgêneros, cristões e proprietários – uma metáfora que procura descrever os tradicionais chefes de família do modelo fordista de produção – tem sido atualizado no Brasil contemporâneo em reações violentas diante da emergência de novas gramáticas morais e mudanças culturais operadas pelas lutas dos movimentos LGBTQIAPN+, feminista e negro.

De acordo com Fassin (2019), os líderes neoconservadores da direita global estrategicamente perceberam a potência política dos estereótipos de gênero e assimilaram que as questões sexuais não dizem respeito apenas a uma elite cultural, mas afetam a todas e todos, construindo verdades individuais sobre temas de interesse coletivo: sexualização infantil, pedofilia, ideologia de gênero, marxismo cultural, politicamente correto, etc. A eficiência desses movimentos, portanto, é assegurar na *legitimidade* e na *manutenção* das hierarquias de gênero e sexo para compor uma agenda sedutora para uma parte expressiva do eleitorado, jogando com os afetos na arena da intimidade para tornar a desigualdade desejável.

Cadê as mulheres? Cadê as políticas públicas?

Nos primeiros meses do governo Bolsonaro, para marcar, de uma vez por todas, que o modelo da participação social não era proposta de seu governo, ao “comemorar” os primeiros cem dias de gestão, Bolsonaro publicou o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que “Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração

pública federal”, indicando no Art. 2º que, inclui-se no conceito de colegiado: conselhos, comitês, comissões, grupos, fóruns, entre outros. O Art. 5º informa que, a partir de 28 de junho de 2019, ficam extintos todos os colegiados criados antes da gestão de Bolsonaro. E, para não deixar dúvidas de suas intenções, o Art. 10º revoga o Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS.

Assistimos a retirada e a ameaça a direitos já conquistados, o enfraquecimento das políticas sociais e de distribuição de renda, a liberação assustadora de mais de uma centena de agrotóxicos, a entrega de áreas de preservação e demarcação, a privatização desenfreada e o desmantelamento das ainda frágeis redes democráticas de participação.

Com a ex-presidenta Dilma (2011-2016) que o número de mulheres no primeiro escalão aumenta de maneira mais significativa. Bolsonaro, no que lhe concerne, seguiu o caminho do retrocesso. Para justificar somente duas mulheres no seu ministério – Damares Alves, no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e Tereza Cristina, no Ministério da Agricultura – teve a insolência de afirmar: “Pela primeira vez na vida o número de ministros e ministras está equilibrado em nosso governo. Temos 22 ministérios, 20 homens e 2 mulheres. Somente um detalhe: cada uma dessas mulheres que estão aqui equivale por dez homens” (Bolsonaro, 2019). Tínhamos avançado, ainda que timidamente, numa política de presença e, também, em alguma medida na política de ideias. E o que vimos é o desmonte das duas.

Como vimos, as recentes políticas governistas têm imposto barreiras à participação efetiva de mulheres nos espaços de poder e decisão, não apenas ao se constatarem as exclusões históricas na acessibilidade política no Brasil, mas também pela produção do privilégio masculinista (a supremacia de políticos homens no poder), pela ausência de posturas emancipatórias e pela produção de violações e processos de subalternização socialmente generificados. Essas são barreiras condicionadas à reprodução de um pensamento abissal (Santos, 2007) alinhavado aos discursos de poder (Foucault, 1999).

Na conjuntura do bolsonarismo, as mulheres [álíbis], – suas duas ministras que valem por dez cada –, elaboraram práticas de desigualdade em discursos específicos, territórios e políticas sexo-gendradas dispostas nas configurações governamentais, econômicas e ideológicas gestadas pela extrema-direita. São toleradas, mimadas quando do interesse e usadas como blindagem para não serem percebidos os obstáculos impostos à projeção

Entre a matemática e o gênero: configurações discursivas nas políticas do governo Bolsonaro

feminina aos lugares de poder e privilégio. Endossadas nas políticas de governo – sem serem acusadas de paternalismo, embora o façam –, elas são justificativas perfeitas para a manutenção das discriminações, para desviar outras mulheres das lutas sociais, para apregoar a meritocracia, para se omitirem as responsabilidades por direitos e pautas públicas e para manterem performances de gênero determinísticas.

Seguimos, no Brasil, onde as mulheres são campeãs em altos níveis de desigualdade, pobreza, miséria, fome, violência, desemprego, ausência de aparato estatal e de políticas públicas voltadas à contenção da reprodutibilidade de discursos de cunhos machistas, racistas, LGBTfóbicos e sexistas. Grande parte da sociedade congrega as marcas dos alicerces patriarcais, opressivos e colonialistas nos quais fomos estruturados, e deles advêm opressões generificadas que vetam participações políticas, e as tornam sujeitas a discursos preconceituosos, limitantes e impeditivos do compartilhamento das diferentes experiências de ser, tornar-se mulher. Em contraste, um grande contingente de mulheres é chefe de família no Brasil e necessita, em primeiro lugar, prover o sustento dos/as filhos/as.

No campo educacional, isso não é diferente. É notório que nas últimas décadas, no Brasil e em outros países, houve um importante investimento em políticas e programas de equidade de gênero no acesso às áreas das ciências, bem como em pesquisas, constituindo-se um campo consolidado de estudos de gênero. No entanto, o contexto político brasileiro, especialmente após o golpe de 2016, com suas características fortemente conservadoras, marcado pela descontinuidade e desqualificação dos avanços, que se revelaram frágeis e limitados, alcançados no campo das políticas de promoção da equidade de gênero, com destaque à esfera da educação pública. Ao analisar questões sobre o acesso e a participação de mulheres em áreas de conhecimento, formação e atuação identificadas como masculinas, e também sobre as políticas públicas e projetos criados há pouco mais de vinte anos no país para enfrentar a questão das desigualdades de gênero, tem-se o intuito de problematizar seus desafios atuais frente ao conservadorismo que afeta sobremaneira os direitos das mulheres relacionados à educação e a sua contribuição para o desenvolvimento social e científico do país.

No que se refere ao campo da educação e da ciência, o CNPq lançou o *Programa Mulher e Ciência*, em 2005, quando o país tinha como presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Fruto do trabalho conjunto realizado por um grupo interministerial, o programa constituiu-se por uma parceria entre a secretaria e o Ministério da Ciência e Tecnologia, atual Ministério da Ciência,

Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), o CNPq, o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a ONU Mulheres, e visava a incentivar as mulheres nas ciências por meio de editais de fomento. As quatro edições do programa (2005, 2008, 2010, no governo do presidente Lula e em 2012, no governo da presidenta Dilma Rousseff) apoiaram ações de parcerias entre universidades e escolas públicas, por meio das quais estudantes secundaristas e universitárias tiveram a oportunidade de manter contato com cientistas e vivenciar princípios da pesquisa científica em oficinas, cursos, seminários, etc. com apoio financeiro e bolsas de iniciação científica.

Outra ação da SPM foi o Prêmio *Construindo a Igualdade de Gênero*, um concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos sobre o tema das relações de gênero, mulheres e feminismos, que teve o intuito de estimular o debate e a pesquisa sobre as desigualdades entre homens e mulheres no país, incluindo categorias voltadas a estudantes de ensino médio e de pós-graduação, a escolas e a secretarias de educação. Além disso, foi criada a publicação, *Pioneiras da Ciência no Brasil*, visando estimular e divulgar o trabalho de cientistas brasileiras que contribuíram de forma relevante para o desenvolvimento científico, tecnológico e a formação de cientistas e profissionais no país.

Com a intenção de obter um quadro atualizado das políticas públicas voltadas para gênero e ciência, realizamos pesquisas nas **páginas do governo federal**, e houve grande dificuldade para acessar informações. Por exemplo, na página da SNPM, foram identificadas as abas “Ações e Programas” que nos leva até: *Meninas nas Ciências, Engenharias e Computação*, com data de publicação em 12 de março de 2021 às 13h06min, no entanto, seus conteúdos não se encontram disponíveis (Brasil, MCTI, s.d.). Em relação ao *Programa Mulher e Ciência*, no site do governo consta uma atualização com data em 30 de novembro de 2019 às 14h34min, que também segue sem informações divulgadas ou quando as tem, são ações das gestões anteriores.

Com a busca por Matemática, nos sites do governo, encontramos o *Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar II)*, que “oferece formação continuada em língua portuguesa e matemática aos professores dos anos finais (do sexto ao nono ano) do ensino fundamental em exercício nas escolas públicas”. Uma formação com carga horária de 300 horas, sendo 120 horas presenciais e 180 horas a distância (estudos individuais) para cada área temática. Programa criado em 2004 que seguiu sem atualização.

Entre a matemática e o gênero: configurações discursivas nas políticas do governo Bolsonaro

Encontramos também pela busca Matemática, o lançamento da *Formação em Matemática Básica*, publicado em 9 de dezembro de 2022 às 9h47min, uma iniciativa do MEC elaborada pelo Instituto Nacional de Educação de Singapura, lançado dentro do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), criado em 2003, para promover a superação do analfabetismo e o seu último ciclo ocorreu em 2016. Durante a execução, o Programa apresentou diversas questões relacionadas à falta de uniformidade na execução e dificuldade na mensuração dos objetivos alcançados. Por isso, recebeu um novo formato a partir da nova edição do Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022.

Com grande dificuldade para acessar informações nas páginas do governo, persistimos nas buscas para com as políticas públicas e programas voltados para nosso objeto de estudo e navegamos de forma mais específica, como, por exemplo, uma visita ao website do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). Ele torna-se particularmente importante, pois, representa a força tarefa brasileira em termos de pesquisa na área da Matemática. Ele foi criado em 15 de outubro de 1952, e foi a primeira unidade de pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Atualmente, é uma das instituições mais respeitadas da ciência brasileira e um dos centros mais reconhecidos de pesquisa Matemática no mundo. Desde seu início, o IMPA teve por missão o estímulo à pesquisa científica, a formação de novos pesquisadores e a difusão e aprimoramento da cultura Matemática no Brasil.

Ao realizar uma breve pesquisa no *website* do Instituto, há um local onde estão listados os/as seus pesquisadores. Os dados apontam que dos pesquisadores listados existem apenas duas mulheres, ou seja, constatamos que as mulheres estão ainda invisibilizadas nos processos dos saberes matemáticos.

Em 2020, chegou ao IMPA, a italiana Luciana Luna Lomonaco, segunda mulher para compor o quadro permanente de pesquisadores. A outra é a niteroiense Carolina Araújo, que tem sido uma voz ativa nas discussões sobre gênero na Matemática e nas Ciências em geral e está no IMPA desde 2006. O problema do machismo nas ciências é estrutural, pontuou Carolina para uma reportagem à Folha de São Paulo. “Só recentemente as mulheres começaram a ter carreiras independentes e a entrar em ambientes historicamente dominados por homens”, afirmou a pesquisadora. Ainda segundo a matemática, a maternidade é um fator que agrava o cenário. “Muitos dos cuidados com casa e família ainda recaem sobre a mulher. Não existe uma intenção em excluí-la das atividades profissionais, isso é feito sem que as pessoas se deem conta”, disse a pesquisadora.

O IMPA tem diversas ações que estimulam a participação feminina nas Ciências. O *Encontro Brasileiro de Mulheres Matemáticas*, realizado em 2019 no IMPA, e o *1º Encontro Mundial de Mulheres na Matemática (WM2)*, evento paralelo do *Congresso Internacional de Matemáticos (ICM) 2018*, foram algumas das oportunidades criadas pelo instituto para que o debate sobre o tema pudesse fluir. Além disso, o instituto também toca, desde 2019, o *Meninas Olímpicas do IMPA (MOI)*, projeto que busca atrair jovens para a ciência, incentivando a participação em atividades e olimpíadas de Matemática e estimulando o interesse em carreiras nas áreas da ciência e tecnologia.

Quando nos deparamos com apenas duas pesquisadoras em um lugar de poder tão importante, como o IMPA, torna-se necessário questionar: Como essas mulheres resistem e escapam do discurso que captura tantas outras estudantes em formação? Qual é a verdade matemática que constitui os saberes do sujeito mulher na Matemática e quais os efeitos dessa verdade em relação com a invisibilidade e/ou inexistência da mulher matemática em locais de prestígio e poder?

De acordo com Knijnik e Wanderer (2006), considerar a Matemática como discurso, no sentido foucaultiano - isto é, compreendê-los como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”, afastando-se do entendimento de que seriam “um puro e simples entrecruzamento de coisas e palavras: trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras” (Foucault, 2012, p. 56) - implica analisar seus vínculos com a constituição de regimes de verdade e as relações de poder-saber que os engendram.

Essas verdades subjetivas giram em torno dos discursos nos conduzindo a uma forma genérica enquanto homens e mulheres diante de nós mesmos, da ciência e da sociedade. Somos levados a pensar nos discursos da verdade na Matemática como constituídos por e constituintes desta “política geral da verdade”.

Em efeito, algumas técnicas e procedimentos – produzidos na academia – são considerados os mecanismos (únicos e possíveis) capazes de gerar o conhecimento matemático, em um processo de exclusão de outros saberes que, por não utilizarem tal linguagem, são sancionados e classificados como “não matemáticos”. Tal operação tem como efeito a constituição de sujeitos que (re)produzem e que possuem o estatuto para “dizer o que funciona como verdadeiro” no campo da Matemática. Mais ainda, as “verdades” produzidas pelos discursos sobre a Matemática atuam na fabricação de concepções sobre

Entre a matemática e o gênero: configurações discursivas nas políticas do governo Bolsonaro como deve ser a pesquisa em Matemática e também uma aula de Matemática, um/a bom/a professor/a, quem são os “bons e maus” estudantes, qual o lugar destinado, na sociedade, a essa área do conhecimento.

Segundo a pesquisadora Carolina Araújo (2021), a ausência de mulheres em ambientes acadêmicos impacta a sensação de pertencimento das cientistas. As razões para a presença incipiente das mulheres nestes espaços são variadas. Mas as pesquisadoras do IMPA, Carolina e Luna, garantem que o problema começa muito antes da universidade. Mais precisamente, na infância. Sobre tais questões, elas comentam:

O componente principal desta desigualdade é o machismo, e o machismo começa no berço, quando escolhemos dar como brinquedo para uma criança do sexo masculino um trem, ou um aviãozinho; e para crianças do sexo feminino damos uma boneca, ou um kit cozinha (Luna, 2021, s.p.).

Quebrar o estereótipo de gênero em matemática é um desafio difícil, que passa por, entre outras iniciativas, dar visibilidade ao trabalho de matemáticas mulheres. A representatividade é vital para que meninas e jovens mulheres percebam desde cedo que as ciências exatas são um lugar que também pertence a elas (Carolina, 2021, s.p.).

O discurso machista enraizado na sociedade vem de encontro a muitos apelos feministas, que tendem a desconstruir toda a invisibilidade e silenciamento, outrora, legitimados e colocados em manutenção pelos discursos das ministras Damares e Tereza. Foucault (1996) afirma que todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

Outra questão que se faz importante mencionar, no que tange as questões de legitimação e manutenção de tais invisibilidades e silenciamentos, são os projetos de leis (PL), que seguem colocados em “banho-maria”. A saber: PL 840/2021 (Nº Anterior: PLS 398/2018), que torna política de Estado o incentivo à participação da mulher nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia, matemática, química, física e tecnologia da informação. A proposta inclui a previsão na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* e na *Lei de Inovação Tecnológica*. O texto também inclui, entre os princípios da Lei de Inovação Tecnológica, o estímulo ao empreendedorismo feminino, por meio do acesso a linhas de crédito, do fomento à educação financeira e do incentivo à assistência técnica, cuja situação é: “Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)”. E o PL

557/2020 de autoria da Deputada Tabata Amaral (PDT-SP) que institui a realização, em caráter anual, da "Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História" no âmbito das escolas de educação básica do País, cuja situação é: "Aguardando recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados".

As mulheres que "ousam" discutir as relações de gênero nos "redutos acadêmicos masculinizados", muitas vezes, são também consideradas intelectualmente despreparadas para avançar no seu campo de atuação inicial – em especial nas áreas de ciências exatas e tecnológicas. Usando as concepções de poder de Michel Foucault, percebe-se que essas *falsas caracterizações* dadas as mulheres são *manobras* das relações de poder vigentes como forma de manter estes espaços longe de tais discussões. Nesse sentido, Navarro-Swain (2006, p.129) complementa: "Ignorar a produção feminista do saber é tentar manter uma ordem discursiva androcêntrica". E mais ainda, "ignorar diferenças de gênero pode deixar no lugar hierarquias de poder invisíveis" (Schiebinger, 2001, p. 140).

Práticas [outras] de Matemática.

Diria o ex-presidente: Práticas [outras] de *numeracia!* No sentido de *fazer contas* mesmo, ir logo ao trabalho, tempo é dinheiro e a economia não pode parar! E nesse fluxo neoliberal que tem afetado nossas vidas apoia-se na tese de que despesas sociais relacionadas a uma economia de bem-estar social é prejudicial ao desenvolvimento econômico. A defesa dessa premissa está, especialmente, em dois argumentos: (1) afirma que o apoio do Estado à sociedade desestimula o desejo por trabalho; (2) de que esse vínculo da economia com o social reduz a competitividade das empresas. Dentro desse cenário, assistimos hoje ao desmonte das conquistas sociais construídas, a partir dos anos 1980, no Brasil.

Em considerações gerais que já se decorrem – ainda que possam ser vistas como ingênuas e apoucadas, já adiantando as críticas – nos levam que a mais importante constatação, na tentativa de analisar o contexto das Políticas Públicas e Matemática: estamos praticamente órfãos de políticas públicas! O que observamos é um país carente de ações sistemáticas, coesas e fundamentadas nos mais diferentes domínios. No campo da ciência percebemos um negacionismo exacerbado, que se uniu à falta de financiamentos e à interrupção de políticas de formação e fomento em pesquisa. A área de Humanidades, alvejada de modo sistemático desde a campanha presidencial e açoitada, continuamente, desde os primeiros momentos do Governo, padeceu ainda mais visivelmente. À falta de

Entre a matemática e o gênero: configurações discursivas nas políticas do governo Bolsonaro

investimentos no Campo de Ciência, da Tecnologia e das Inovações juntou-se a frequência dos ataques a pesquisadores/as e instituições de pesquisa que não seguiam a cartilha do Governo.

Quando analisamos as políticas públicas [ou seu desmonte, ou ainda, a falta delas], alicerçadas em um “disfarce” de um ensino em que os/as estudantes aprendam a *ler, escrever e contar* [um ensino com mais Matemática...], um ensino técnico que coloque logo o/a jovem no mercado de trabalho, fica claro que para qualquer observador/a atento/a aos reiterados ataques à educação e à ciência brasileira nesses últimos anos não se explicam apenas pelo seu viés privatista e neoliberal. Não é possível compreender esses ataques simplesmente a partir de uma suposta preocupação com as contas públicas, alegada por esses governos, até porque os ataques não se resumem a cortes de financiamento e bolsas de pesquisa, congelamento dos salários de docentes e dos orçamentos das universidades. Há neles um viés ideológico, que teve como ápice quando o próprio ex-presidente desprezou as recomendações científicas em uma situação de pandemia, lançando à morte milhares de pessoas.

Compreendemos, desse modo, que podemos ser mais livres do que pensamos e podemos identificar, nas políticas públicas, gênero e Matemática(s) que sugerem invenções, re-existências, possibilidades de vida. É nesse sentido que pluralizamos, também, a palavra Matemática, pois a vida exige outras práticas matemáticas, produz outras relações de gênero e Matemática(s) que confrontam a supremacia matemática masculina e a supremacia de uma matemática escrita.

Para o frívolo das políticas públicas atuais, no plano federal, o conforto são políticas públicas consistentes e planejadas. Quando se preenche esse vazio das políticas públicas com ações implementadas em regime de urgência, sem projetos sólidos, fundamentados e competentes, só se escancara a frivolidade que, para ser preenchida, exigirá muito esforço concentrado, coeso e contínuo.

Podemos observar algumas vertentes no campo da Educação Matemática que buscam romper com o paradigma de neutralidade do conhecimento matemático, como, por exemplo, as ideias de Educação Matemática Crítica (Skovsmose, 2001) e de Matemática para Justiça Social/Ler e Escrever o Mundo com Matemática (Gutstein, 2003, 2006) e da Etnomatemática (D’Ambrosio, 2001). Por trás dessa “Matemática” do Plano de Governo Bolsonaro, existe uma Matemática que valoriza nossas construções teóricas em prol da diversidade que o mundo nos apresenta, também é incompatível com uma ciência democrática e pluralista. Existe uma Matemática que é ativamente antirracista. Comprometida não apenas com a libertação das

mulheres, mas de todos os seres humanos, ela promove uma crítica ao eurocentrismo epistêmico e às raízes colonialistas e racistas de uma tradição que, apesar de apresentada como universal, até hoje serviu para justificar e fornecer os meios que possibilitam a subjugação de povos, países e continentes inteiros a um ordenamento mundial arbitrário, injusto e insustentável. Existe uma Matemática acessível a todos e todas, baseada no pluralismo epistêmico e comprometida em confrontar as desigualdades sociais. Existe uma Matemática que busca se afastar de suas origens ligadas ao imperialismo, ao colonialismo e ao capitalismo mercantil.

Atenciosamente, para concluir!

Em um contexto das Políticas Públicas e da Linguagem, partimos do preceito de que o discurso é uma prática que constrói objetos de que se fala, portanto, gerencia certas escolhas e atitudes políticas. Ao mesmo tempo, consideramos a Matemática como sendo uma área que tende a um viés masculinista que sempre excluiu as mulheres. A partir dessas premissas, situamos o estudo no contexto de um governo que proclamou que é preciso aprender a *ler, escrever e contar*, dando um grande destaque à Matemática, incentivando o que ele denomina de *literacia matemática* (ou *numeracia*). Sob esse enquadre, buscamos fazer um levantamento do que tem sido divulgado por esse governo, os discursos, que se referem às implementações de políticas públicas que investem na Matemática. Questionamos: o governo está de fato investindo em uma Educação Matemática? Como é essa educação? Essa educação se vincula ao projeto conservador que dá primazia ao homem? Considerando que as estatísticas mostram que as mulheres são excluídas ou têm o acesso negado, ou dificultado às áreas da Matemática, bem como das chamadas ciências exatas, como o governo se coloca diante dessa questão? Há incentivo a mulheres e meninas na Matemática?

Demos conta de transitar pelos discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro e de seus aliados sobre educação e os desmontes das políticas públicas — ou mesmo sua ausência. Mas afinal, o governo investiu em uma Educação Matemática? E que educação foi essa? Na prática, três das principais promessas do plano de governo não se concretizaram: (1) ampliar as aulas de português, matemática e ciências; (2) priorizar o ensino fundamental, médio e técnico; e (3) combater a suposta “doutrinação” nas escolas — argumento refutado por especialistas da área. A proposta de “inverter a pirâmide” do investimento, destinando mais recursos à educação básica, tampouco se efetivou. Entre 2019 e 2022, houve queda nos percentuais

Entre a matemática e o gênero: configurações discursivas nas políticas do governo Bolsonaro destinados tanto à educação básica quanto ao ensino superior, sem avanços em programas de tempo integral. O resultado foi a precarização crescente da educação pública.

Também não houve políticas concretas para combater a alegada “doutrinação”. O próprio movimento Escola Sem Partido denunciou o abandono da pauta. Restaram apenas as iniciativas das escolas cívico-militares e da educação domiciliar, ambas com forte viés ideológico e sem previsão no programa original.

A educação proposta sempre se vinculava a um projeto conservador que no final sempre dá primazia ao homem. O governo se colocou diante de tais questões sempre nutrindo discursos de uma Matemática “verdadeira”, porém sempre pensando na economia e nunca em uma educação de fato, e muito menos, uma educação que abranja as mulheres. Os programas destinados a mulheres e meninas na Matemática [Meninas nas Ciências, Engenharias e Computação, Programa Mulher e Ciência, Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar II), Formação em Matemática Básica, etc.], por vezes, em nossas pesquisas, nem atualizados nas páginas do governo foram. Considerando que as estatísticas mostram que as mulheres são excluídas ou têm o acesso negado, ou dificultado às áreas da Matemática, bem como das chamadas ciências exatas, percebemos que o governo Bolsonaro e sua política conservadora corroboram para a legitimação e colocada tal questão em manutenção pelos seus discursos.

Seguimos, no Brasil, onde as mulheres são campeãs em altos níveis de desigualdade, pobreza, miséria, fome, violência, desemprego, ausência de aparato estatal e de políticas públicas voltadas à contenção da reprodutibilidade de discursos de cunhos machistas, racistas, LGBTfóbicos e sexistas.

Há incentivo a mulheres e meninas na Matemática? Após cortar investimento nas áreas da saúde, educação, habitação e assistência social, o governo federal reduziu a pó a verba para ações para as mulheres. Dois terços dessas ações tiveram cortes na proposta de orçamento para 2023, enviada pelo governo Bolsonaro ao Congresso Nacional. Nos casos mais expressivos, a tesourada representa 99% do que havia sido reservado inicialmente em 2022. O corte no Orçamento Mulher, relação de políticas públicas com impacto nos direitos da população feminina do país, elenca 79 ações orçamentárias que incluem desde medidas focadas no combate à desigualdade de gênero até políticas universais, mas que afetam as mulheres de forma direta. Esses cortes mostram que a política para as mulheres nunca foi

uma prioridade para o governo de Jair Bolsonaro e acaba, por si só, sobressaindo às iniciativas que vimos por meio do Instituto IMPA.

A nossa investigação salientou que uma formação discursiva absolutista e/ou logocêntrica segue atravessando fortemente os discursos dos sujeitos de um contexto político e social. Portanto, embora a discursividade não tenha avançado quanto a sua transformação, existe uma Matemática que acena para deslocamentos possíveis; caminhos [outros], Matemáticas [outras]. O campo da Educação Matemática é também um campo possível de contestação. Por isto, político!

Referências

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 2005.

ARAÚJO, Carolina. A ausência de mulheres na matemática e os impactos do machismo estrutural. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/03/a-ausencia-de-mulheres-na-matematica-e-os-impactos-do-machismo-estrutural.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.

BOLSONARO, Jair. Bolsonaro defende que jovens não devem se interessar por política. **Catraca Livre**, 2019. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-defende-que-jovens-nao-devem-se-interessar-por-politica/>. Acesso em: 13 abr. 2019.

BOLSONARO, Jair. Governo anuncia implantação do maior Colégio Militar do Brasil em São Paulo. **Planalto**, Brasília, DF, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto>. Acesso em: 26 abr. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 557, de 2020. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 840, de 2021. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. MCTIC cumpre metas de 100 dias de governo. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/salalmprensa/noticias/arquivos/2019/04/MCTIC_cumpre_meta_s_de_100_dias_de_governo_afirma_ministro.html. Acesso em: 13 abr. 2019.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Politeia, 2019.

Entre a matemática e o gênero: configurações discursivas nas políticas do governo Bolsonaro

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO ROCHA, João Cezar de. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. São Paulo: Caminhos, 2021. E-book.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FASSIN, Éric. A democracia sexual no coração da democracia: a centralidade do gênero para a leitura do presente. Entrevista concedida a Larissa Pelúcio e Diego Paz. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, e190117, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.190117>.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2009.

FOLHA DE S. PAULO. Véléz Rodríguez é demitido do Ministério da Educação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/velez-rodriguez-e-demitido-do-ministerio-da-educacao.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977–1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

G1. Weintraub anuncia bloqueio de verbas e ataca universidades federais. **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/30/weintraub-anuncia-bloqueio-de-verbas-e-ataca-universidades-federais.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GUTSTEIN, Eric. Teaching and learning mathematics for social justice in an urban, Latino school. **Journal for Research in Mathematics Education**, Reston, v. 34, n. 1, p. 37-73, 2003.

KIMMEL, Michael. **Angry White Men: American Masculinity at the End of an Era**. NY: Nation Books, 2013.

KNIJNIK, Gelsa; WANDERER, Fernanda. A vida deles é uma matemática: regimes de verdade sobre a educação matemática de adultos do campo. **Educação Unisinos**, v. 10, p. 56-61, 2006.

LOMONACO, Luciana Luna. O machismo começa no berço, afirma pesquisadora do IMPA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2021. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2021/03/o-machismo-comeca-no-berco-afirma-pesquisadora-do-impa.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2015.

MARTINS, Maria do Carmo. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer, **Educação em Revista**, Curitiba, n. 51, p. 37-50, jan./mar. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHIEBINGER, Londa. **O Feminismo mudou a ciência?** Trad. Raul Fiker. São Paulo: EDUSC, 2001.

SKOVSMOSE, Ole. **Educação Matemática Crítica: a questão da democracia**. Campinas: Papirus, 2001.

O GLOBO. Ministro da Educação Milton Ribeiro é preso em operação da PF. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jun. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/06/ministro-da-educacao-milton-ribeiro-e-preso-em-operacao-da-pf.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PONTES, Marcos Cesar. Discurso de posse no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Planalto, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-de-posse-do-ministro-da-ciencia-tecnologia-inovacoes-e-comunicacoes-marcos-pontes>. Acesso em: 10 jan. 2023.

WALKERDINE, Valerie. **Counting Girls Out: Girl and Mathematics**. Londres: Virago, 2003.

WALKERDINE, Valerie. Ciência, razão e a mente feminina. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 7-24, jan/jun. 2007.

Agradecimentos

Agradeço o apoio dado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás/FAPEG, pelo edital N°21/2024.

Nota

ⁱ A instabilidade institucional no Ministério da Educação durante o governo Bolsonaro foi amplamente noticiada pela imprensa nacional, especialmente em razão do contingenciamento de verbas das universidades federais a partir de 2019 e das sucessivas trocas de ministros. Entre os episódios mais recorrentes destacam-se a exoneração de

Ricardo Vélez Rodríguez (2019), a gestão de Abraham Weintraub marcada por cortes orçamentários e disputas ideológicas, bem como a nomeação de Milton Ribeiro (2020), posteriormente envolvido em denúncias de irregularidades. Tais acontecimentos foram noticiados por veículos como Folha de S. Paulo, O Globo e G1.

Sobre os autores

Eliézer Reis Vicente

Doutorando em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Goiás (PPGECM/UFG). Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás (PPG-IELT/UEG). Graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Goiás (UFG/RC). Graduado em Pedagogia e em Sociologia pelo Centro Universitário Cidade Verde (UniCV). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-DS).

E-mail: eliezervicente@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5338-478X>

Lúcia Gonçalves de Freitas

Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Foi bolsista PDEE/CAPES, tendo sido pesquisadora visitante no *Center for Advanced Research in English*, na Universidade de Birmingham, Inglaterra. Atualmente, é professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG), professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT/UEG).

E-mail: luciadefreitas@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7553-1119>

Recebido em: 16/11/2025

Aceito para publicação em: 30/12/2026